

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO CATEGORIA DO CUIDADO: UM OLHAR DA BIBLIOTECA PARA A QUESTÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

*INFORMATION MEDIATION AS A CATEGORY OF CARE: a Library Perspective on Gender and
Sexuality Issues.*

Paulo Roberto Fernandes Junior – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Martha Suzana Cabral Nunes – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: esta pesquisa investiga como a mediação da informação tem sido compreendida como prática de cuidado em bibliotecas públicas, com ênfase nas questões de gênero e sexualidade. Parte do contexto de debates sociais e políticos sobre o reconhecimento de identidades dissidentes e da inclusão da população LGBTQIAPN+ nas políticas públicas, destacando o papel das bibliotecas na promoção dos direitos humanos. A metodologia é bibliográfica, com abordagem qualitativa e revisão sistemática integrativa. Os resultados evidenciam que a relação entre mediação e cuidado tem sido abordada principalmente no plano teórico, com destaque para princípios como escuta, acolhimento e compromisso com as realidades dos sujeitos informacionais. As ações propostas envolvem a construção de ambientes inclusivos, uso de linguagem acessível, curadoria crítica e práticas simbólicas de acolhimento. No entanto, ainda há entraves como resistências institucionais, lacunas na formação profissional e estruturas excludentes. Conclui-se que as bibliotecas públicas têm potencial para atuar como agentes de transformação social, desde que respaldadas por políticas públicas, formação continuada e articulação com outros setores sociais, garantindo o acesso à informação como direito de todas as pessoas.

Palavras-chave: mediação da informação; cuidado; ciência da informação; questões de gênero; protagonismo social.

Abstract: this research investigates how information mediation has been understood as a practice of care in public libraries, with an emphasis on issues of gender and sexuality. It is grounded in the broader social and political debates surrounding the recognition of dissident identities and the inclusion of the LGBTQIAPN+ population in public policies, highlighting the role of libraries in promoting human rights. The methodology is bibliographic, with a qualitative approach and an integrative systematic review. The results indicate that the relationship between mediation and care has been primarily explored at a theoretical level, emphasizing principles such as attentive listening, inclusion, and commitment to the realities of information subjects. The proposed actions involve creating inclusive environments, using accessible language, engaging in critical collection curation, and adopting symbolic practices of welcome. However, challenges remain, including institutional resistance, gaps in professional training, and exclusionary structures. The study concludes that public libraries have the potential to act as agents of social transformation, provided they are supported by

public policies, continuous professional development, and interdisciplinary partnerships that ensure access to information as a fundamental right for all.

Keywords: Information mediation; care; information science; gender issues; social protagonism.

1 INTRODUÇÃO

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, em 5 de junho de 2024, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) questionou a ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, sobre o conceito de mulher, criticando a inclusão de mulheres trans nas políticas do ministério. A ministra respondeu que a atuação do órgão se baseava no conceito de gênero e no enfrentamento das desigualdades estruturais que atingem diferentes grupos de mulheres (Câmara dos Deputados, 2024). Na mesma ocasião, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP), mulher trans, defendeu políticas interseccionais e criticou a incoerência de setores conservadores que, ao alegarem defender os direitos das mulheres, atacam mulheres trans. Destacou ainda a urgência de políticas inclusivas diante da crescente violência contra a população LGBTQIAPN+ (Câmara dos Deputados, 2024).

Dados da Assembleia Legislativa de Sergipe (2024) mostram um aumento de 33,5% nas denúncias de violência contra mulheres. Nacionalmente, o Dossiê da ANTRA (2023) registra crescimento de 10% nos assassinatos de pessoas trans, e o Observatório de Mortes Violentas de LGBTQ+ (2023) contabiliza 257 mortes violentas no mesmo ano, evidenciando que as questões de gênero e sexualidade envolvem direitos fundamentais e a própria sobrevivência.

A negação de identidades dissidentes, em favor de uma ordem cis-heteronormativa, alimenta exclusões e violências que ultrapassam o campo político, alcançando também bibliotecas e universidades, espaços que deveriam promover acolhimento e cidadania. Nesse contexto, bibliotecas públicas, por seu papel social, têm responsabilidade na construção de ambientes inclusivos e emancipadores. Segundo o Manifesto da IFLA (1994), tais unidades devem promover o bem-estar, a paz e a diversidade cultural, garantindo o acesso à informação. Essa missão se alinha à pedagogia emancipadora de Paulo Freire e à valorização do protagonismo social descrito por Gomes (2020).

A mediação da informação, assim, configura-se como prática de cuidado, ancorada na escuta, atenção e compromisso com o outro (Gomes, 2020). Quando voltada às questões de gênero e sexualidade, torna-se estratégica para o enfrentamento das desigualdades e valorização de diferentes experiências e vozes.

Diante desse cenário, esta pesquisa propõe a seguinte pergunta: de que forma a mediação da informação tem sido pensada como uma categoria do cuidado nas bibliotecas públicas no que tange às questões de gênero e sexualidade?

Para respondê-la, têm-se o objetivo geral: compreender como a mediação da informação tem sido concebida como uma categoria do cuidado em bibliotecas públicas, com ênfase nas questões de gênero e sexualidade, a partir da análise da produção bibliográfica sobre o tema. Como objetivos específicos, buscou-se: analisar a literatura sobre mediação da informação, identificando de que forma o conceito de cuidado tem sido articulado às práticas mediadoras no contexto das bibliotecas públicas; investigar as abordagens teóricas e metodológicas que fundamentam a mediação da informação como prática de cuidado, especialmente em relação a gênero e sexualidade; identificar, a partir da literatura, os principais eixos de atuação, estratégias e desafios relacionados à mediação da informação como prática de cuidado em bibliotecas públicas no contexto das questões de gênero e sexualidade.

A pesquisa justifica-se por sua relevância legal, ao subsidiar políticas públicas inclusivas; social, por promover o desenvolvimento cultural de grupos marginalizados; e científica, por contribuir com debates da Ciência da Informação, especialmente nas linhas e grupos que tratam de mediação, diversidade e bibliotecas públicas (ANCIB, FEBAB, PPGCI/UFS).

No plano legal, está fundamentada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Acesso à Informação (Brasil, 1988; 2011), além de documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a CEDAW (ONU, 1993) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a; 2015b), em especial os objetivos 5 e 10.

Cientificamente, esta pesquisa se insere na linha “Produção, Organização e Comunicação da Informação” do PPGCI/UFS e se articula com os Grupos de Trabalho da ANCIB e da FEBAB que abordam diversidade, bibliotecas públicas e mediação da informação.

Trata-se, portanto, de um esforço teórico para refletir sobre o papel das bibliotecas públicas como espaços de cuidado, acolhimento e transformação social, especialmente frente às desigualdades relacionadas ao gênero e à sexualidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Mediação da informação como categoria do cuidado

Almeida Júnior (2015) compreende a mediação da informação como qualquer ação de interferência, direta ou indireta, consciente ou não, que ocorre nos espaços informacionais, com o objetivo de promover a apropriação da informação e atender às necessidades informacionais de outrem, mesmo que parcialmente. Essa definição indica que o cuidado, como categoria associada à mediação, também se manifesta em diferentes níveis e formas.

No caso da comunidade LGBTQIAPN+ e das questões de gênero, é essencial considerar aspectos indiretos da mediação, como a aquisição de acervos representativos que contemplem autores de diferentes identidades de gênero e temas relevantes. No processo de representação temática e indexação, o vocabulário deve ser acessível e pertinente aos usuários, por exemplo, a incorporação de termos do "pajubá¹" pode contribuir para um vocabulário mais inclusivo e sensível às demandas dessa comunidade.

Quanto aos aspectos diretos, destacam-se práticas como respeitar os pronomes escolhidos pelos usuários no atendimento, propor ações culturais e educativas voltadas a essas questões e disseminar informações que ajudem a combater violências de gênero. Essas práticas favorecem um ambiente informacional mais inclusivo e cuidadoso.

Gomes (2020) analisa a mediação da informação como um processo consciente, que integra dimensões dialógicas, estéticas, formativas, éticas e políticas, visando ao protagonismo social. Esse olhar aproxima a mediação da ideia de cuidado, entendida por Pinheiro (2008) como um "modo de fazer" baseado na atenção e responsabilidade com o outro, garantindo-lhe autonomia.

No que se refere às dimensões dialógica e estética, Gomes (2020) destaca a criação de espaços de escuta e interação, que favorecem a expressão da diversidade. A dimensão estética, por sua vez, envolve a reconstrução do saber e do próprio sujeito, proporcionando sentimento de pertencimento, momento em que o cuidado do mediador é fundamental, por meio da escuta ativa e da oferta de informações significativas, sensíveis aos contextos sociais, econômicos e políticos dos usuários.

Desse modo, a mediação da informação configura-se como um processo complexo e carregado de cuidados, o que é reforçado por Gatto *et al.* (2023, p. 722), ao afirmarem que o

¹ Segundo Barroso (2017), o Pajubá é um código linguístico utilizado pela comunidade LGBT, originado do contato entre o iorubá e o português brasileiro, com influências do francês, inglês e línguas indígenas. É usado como forma de resistência, identidade e expressão cultural. Para ele, "o pajubá ou sua forma variante bajubá, é um termo de origem africana da língua iorubá, que significa 'mistério' ou 'segredo', o qual acabou sendo escolhido pelos LGBTs para dar nome ao linguajar usado pela comunidade." (Barroso, 2017, p. 18)

cuidado é “[...] uma forma de acolher o dissenso, o desigual, o invisível, num esforço de fazê-lo continuar a existir [...]”. Trata-se, portanto, da criação de espaços propícios à convivência entre diferentes visões e experiências

2.2 Gênero e sexualidade

Butler (2018) propõe que o gênero não é uma consequência direta do sexo biológico, mas uma construção cultural que rompe com a noção binária tradicional. Para a autora, não há razão para que os gêneros se limitem a dois, e categorias como “homem” e “mulher” não precisam corresponder diretamente aos corpos masculino e feminino. Assim, o gênero é um “artifício flutuante”, radicalmente independente do sexo, e pode abranger experiências diversas, como as de pessoas transgêneras e travestis.

A autora vai além, sugerindo que o próprio sexo pode ser uma construção cultural. Para ela, “[...] talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revele absolutamente nula” (Butler, 2018, p. 2). Dessa forma, o gênero não pode ser visto como mera interpretação cultural do sexo, pois é anterior à cultura, sendo, portanto, pré-discursivo.

Essas reflexões conectam-se diretamente às discussões sobre sexualidade, especialmente no contexto da comunidade LGBTQIAPN+, cujas identidades envolvem múltiplas combinações entre gênero e sexualidade. Garcia, Araújo e Souza (2019) destacam que a sexualidade é construída social e historicamente, moldada por leis, costumes, regras e normas que variam conforme o tempo e o espaço.

Esses autores reforçam que a sexualidade não se restringe a fatores biológicos, mas resulta da interação de elementos culturais, sociais, psicológicos e históricos. A Organização Mundial da Saúde (ONU) corrobora essa perspectiva ao definir a sexualidade como um fenômeno multifacetado. Tal como a identidade de gênero, ela emerge das relações sociais e da construção do “ser”, sendo profundamente marcada por relações de poder e contextos culturais (Garcia; Araújo; Souza, 2019).

2.3 Metodologia

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, e classifica-se como exploratória, pois busca, segundo Gil (2008, p. 27), “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”. Também é descritiva, pois visa identificar e caracterizar fenômenos específicos (Gil, 2008).

Como método de coleta de dados, utiliza-se a revisão sistemática integrativa, que permite ao pesquisador reunir e analisar criticamente o conhecimento produzido sobre determinado tema. Sendo assim, o protocolo de revisão foi estruturado da seguinte forma:

Problema de revisão: de que maneira a mediação da informação tem sido abordada como prática de cuidado nas bibliotecas, especialmente quanto às questões de gênero e sexualidade?

Questões de revisão:

1. como a literatura acadêmica aborda a relação entre mediação da informação e práticas de cuidado nas bibliotecas públicas?
2. de que forma as bibliotecas públicas têm implementado práticas de mediação voltadas para gênero e sexualidade?
3. quais os desafios para promover um ambiente inclusivo por meio da mediação da informação?
4. quais estratégias têm sido eficazes na promoção do cuidado e inclusão LGBTQIAPN+ nas bibliotecas?
5. quais formas de cuidado podem ser aplicadas à mediação da informação?

Termos utilizados: mediação da informação; cuidado; bibliotecas; sexualidade; gênero; LGBT.

Combinações de busca:

1. "mediação da informação" OR "mediação informacional" AND cuidado OR "práticas de cuidado" OR "ética do cuidado" AND "biblioteca pública" AND gênero OR sexualidade OR LGBTQIA+ OR diversidade OR "inclusão social"
2. "mediação da informação" AND cuidado
3. "mediação da informação" AND gênero
4. "mediação da informação" AND sexualidade
5. "biblioteca pública" AND gênero
6. "biblioteca pública" AND sexualidade
7. "biblioteca pública" AND LGBT

As buscas foram realizadas nas bases BRAPCI, BDTD e SciELO. Após a recuperação, os resultados passaram por critérios de inclusão e exclusão:

Critérios de inclusão:

1. Abordar mediação da informação associada ao cuidado (ética do cuidado, acolhimento, escuta ativa), com foco em gênero, sexualidade e diversidade.

2. Estudos interdisciplinares (Ciência da Informação, Psicologia, Educação, Saúde etc.) com aplicabilidade em contextos informacionais.
3. Publicações entre 2020 e 2025.
4. Relatar ações práticas/empíricas em bibliotecas públicas ou outros espaços informacionais, com ênfase em públicos vulneráveis e articulação entre cuidado e mediação.

Critérios de exclusão:

1. Estudos limitados a contextos institucionais sem função social ampliada.
2. Trabalhos que abordem mediação sem relação com o cuidado.
3. Falta de abordagem interseccional (gênero, sexualidade, diversidade).
4. Duplicatas, documentos incompletos ou sem acesso ao texto integral.
5. Abordagens exclusivamente teóricas, sem relação com práticas de mediação em bibliotecas ou outros espaços informacionais.

A aplicação dos critérios ocorreu em duas etapas. Na primeira, foram utilizados os critérios 1, 2 e 3 de inclusão e os critérios 1 a 4 de exclusão, com o objetivo de mapear o campo teórico e prático. Na segunda, aplicou-se o critério 4 de inclusão e o critério 5 de exclusão, visando diferenciar estudos empíricos dos teórico-conceituais. Como resultado, identificaram-se 6 estudos empíricos e 21 teórico-conceituais.

Embora o foco principal seja a análise dos estudos empíricos, os teóricos fornecem base conceitual e ampliam as possibilidades de aprofundamento em futuras pesquisas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão sistemática integrativa resultou na seleção de seis trabalhos com aderência ao tema da pesquisa que podem ser classificados na literatura em três eixos principais: (1) a relação entre mediação da informação e práticas de cuidado, (2) a implementação de práticas voltadas para a inclusão de comunidades LGBTQIAPN+, e (3) os desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas nesse processo. Desses, três estudos tratam diretamente da mediação da informação em bibliotecas públicas ou outras tipologias de biblioteca, enquanto os outros três se referem a contextos informacionais diversos, mas apresentam forte relação com a mediação enquanto prática de cuidado e pesquisas empíricas, justificando sua inclusão. Apenas um dos trabalhos foca especificamente na comunidade LGBTQIAPN+, enquanto os

demais abordam principalmente questões de gênero e violência contra a mulher, igualmente inseridas em contextos de vulnerabilidade social.

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas para análise

Autor, data	Bib. pública	Gênero	LGBTQIAPN+
Cananéa (2023)		X	
Carvalho (2020)	X	X	
Côrtes (2024)	X	X	
Carvalho; Cortes; Silva (2021)		X	
Guaraldo; Santos; Melo (2021)		X	
Nogueira; Revez (2023)	X		X

Legenda: Bib. pública = Aborda biblioteca pública; Gênero = Aborda questão de gênero; X = Sim.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Os dados foram apresentados e discutidos a partir das perguntas estruturantes da revisão sistemática integrativa, organizados em quatro eixos temáticos identificados na análise dos estudos empíricos. (1) O primeiro tratou da mediação da informação como prática de cuidado, destacando sua dimensão ética, dialógica e acolhedora, seções 3.1 e 3.5. (2) O segundo abordou a presença, ou ausência, das questões de gênero e sexualidade nas ações mediadoras das bibliotecas públicas, seção 3.2. (3) O terceiro expôs os desafios enfrentados, como a falta de políticas institucionais, resistência cultural e carência de formação profissional, seção 3.3. Por fim, (4) o quarto eixo evidenciou estratégias eficazes, como ambientes seguros, curadoria representativa, linguagem inclusiva e participação comunitária, seção 3.4. Esses eixos possibilitaram uma leitura mais clara e integrada das contribuições empíricas da literatura.

3.1 Eixo 1 - Como a literatura acadêmica aborda a relação entre mediação da informação e práticas de cuidado nas bibliotecas públicas?

A literatura analisada reconhece amplamente a mediação da informação como prática de cuidado, mesmo quando não focada exclusivamente em bibliotecas públicas. Há consenso de que a mediação ultrapassa a dimensão técnica, configurando-se como prática social baseada na escuta ativa, acolhimento e vínculos humanizados. Carvalho (2020), ao estudar bibliotecas públicas no Ceará, destaca a mediação como prática subjetiva que transforma a biblioteca em espaço de interação e cuidado, configurando-a como ambiente intersubjetivo

de compartilhamento da informação. Côrtes (2024) reforça a dimensão ética dessa prática, enfatizando a necessidade de articular gênero com outros marcadores sociais como raça, classe, orientação sexual e deficiência. Mesmo em contextos distintos, como redes de enfrentamento à violência analisadas por Carvalho, Côrtes e Silva (2021) e Guaraldo, Santos e Melo (2021), a mediação é vista como cuidado informacional e resistência social. Segundo Carvalho, Côrtes e Silva (2021), as ações mediadoras apoiam o protagonismo social das mulheres por meio da troca de ideias e acesso à informação. Assim, a mediação da informação se destaca como categoria transversal, central na promoção do cuidado em contextos vulneráveis.

3.2 Eixo 2 - De que forma as bibliotecas públicas têm implementado práticas de mediação da informação voltadas para as questões de gênero e sexualidade?

Carvalho (2020) apresentou iniciativas no Ceará voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, aliando mediação informacional e empoderamento. As ações de mediação da informação realizadas nas Bibliotecas Públicas do Estado do Ceará revelam o compromisso dessas instituições com o enfrentamento da violência doméstica, ao promoverem práticas informacionais voltadas para o empoderamento das mulheres.

O estudo de Nogueira e Revez (2023, p. 08), sobre a Biblioteca Municipal de Sintra (Portugal), revelou ausência de ações voltadas à população LGBTQIAPN+: “não se evidenciou qualquer evento LGBTI+, nem mesmo no mês de junho (o Pride)”. Apesar das lacunas, os autores propuseram alternativas, como eventos temáticos e parcerias com organizações sociais.

Já Côrtes (2024) defendeu uma abordagem normativa da mediação como instrumento de justiça social, configurando-se como prática social imprescindível para a democratização das relações de gênero e a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

Os três trabalhos revelaram diferentes estágios de implementação da mediação da informação com enfoque em gênero e sexualidade: enquanto Carvalho (2020) evidencia práticas concretas de empoderamento, Nogueira e Revez (2023) expõem lacunas e sugerem caminhos, e Côrtes (2024) propõe uma mediação comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

3.3 Eixo 3 - Quais são os desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas na promoção de um ambiente inclusivo por meio da mediação da informação?

Os principais desafios apontados incluíram ausência de políticas institucionais, resistência cultural e invisibilidade das demandas de grupos vulneráveis. A neutralidade institucional foi frequentemente usada como barreira, como evidenciaram Nogueira e Revez (2023), o medo de represálias leva à autocensura e limita o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Carvalho (2020, p. 97) ampliou a discussão ao situar os entraves na estrutura social mais ampla: “as estruturas hegemônicas de gênero condicionam visões de mundo [...] A mudança de mentalidades não ocorre de forma rápida, linear, sem conflitos e contradições.”

Fora do campo bibliotecário, Guaraldo, Santos e Melo (2021) também apontaram a fragmentação dos serviços e a frágil articulação interinstitucional, desafios igualmente presentes nas bibliotecas públicas.

3.4 Eixo 4 - Quais estratégias de mediação da informação têm sido eficazes na promoção do cuidado e inclusão de comunidades LGBTQIAPN+ nas bibliotecas?

São poucos os estudos que tratam empiricamente da mediação da informação como forma de promover o cuidado voltado à comunidade LGBTQIAPN+. Nesse contexto, Nogueira e Revez (2023, p. 13) defenderam que a visibilidade LGBTQIAPN+ deve ser permanente, “a biblioteca pode incluir eventos que visem celebrar a comunidade LGBTI+, também distribuídos ao longo do ano.”

Mesmo estudos não centrados nessa população, como os de Carvalho (2020) e Guaraldo, Santos e Melo (2021), ressaltaram a importância do protagonismo informacional e da formação cidadã: “a mediação da informação [...] possibilita o desenvolvimento do/a usuário/a como um sujeito ativo [...] em busca da apropriação da informação.” (Carvalho 2020, p. 36).

Além disso, esta investigação aponta caminhos possíveis para o desenvolvimento de ações eficazes de mediação da informação voltadas à comunidade LGBTQIAPN+. Entre eles, destacam-se a criação de espaços seguros e acolhedores, a disponibilização de acervos diversificados e atualizados, a formação contínua de profissionais sobre questões de diversidade, e a realização de ações participativas com as próprias comunidades.

3.5 Eixo 1- Quais formas de cuidados podem ser aplicadas no processo de mediação da informação?

Todos os trabalhos analisados colocaram o cuidado como eixo central da mediação da informação, enfatizando escuta afetiva, respeito às subjetividades e valorização das experiências. De acordo com Carvalho (2020 p. 96) “a mediação da informação favoreceu a discussão, o diálogo e a interação entre as mulheres e a mediadora, promovendo uma transformação que promoveu à consciência de seu protagonismo social”

Carvalho, Cortes e Silva (2021, p. 113), ao conduzirem uma pesquisa-ação com encontros de mediação realizados junto a um grupo focal composto por cinco mulheres vítimas de violência doméstica, destacaram que o ambiente criado nesses encontros foi “[...] capaz de promover a sensibilização, a interação, a escuta e a mediação da informação em sua dimensão afetiva e social.” promovendo o respeito às experiências subjetivas e a promoção do fortalecimento da autoestima das mulheres.

Por outro lado, Cananéa (2023) alertou que certas práticas, mesmo sob o discurso do cuidado, podem reforçar estereótipos de que a imagem da super-mãe perfeita, dedicada, empreendedora e incansável pode acabar reforçando a pressão sobre as mulheres, em vez de proporcionar alívio ou apoio.

Portanto, a análise dos seis trabalhos selecionados permitiu identificar que, embora nem todos abordem diretamente a biblioteca pública, todos contribuem de forma significativa para o entendimento da mediação da informação como uma prática de cuidado voltada à inclusão e à transformação social. A articulação entre gênero, sexualidade, vulnerabilidade social e informação revela-se fundamental para repensar o papel das bibliotecas enquanto espaços de acolhimento, resistência e cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como a mediação da informação tem sido concebida como uma prática de cuidado nas bibliotecas públicas, com ênfase nas questões de gênero e sexualidade. A partir da análise da produção bibliográfica recente, observou-se que, embora ainda incipiente, a articulação entre mediação e cuidado tem ganhado densidade teórica e relevância prática, sobretudo diante das demandas contemporâneas por inclusão, equidade e respeito à diversidade.

A literatura analisada aponta que o cuidado, quando incorporado às práticas mediadoras, ultrapassa a simples disponibilização de conteúdos, envolvendo escuta ativa, acolhimento, respeito às identidades e atenção às condições socioculturais dos sujeitos. Ainda que em grande parte tratadas em nível teórico, destacam-se propostas como a adoção de linguagem inclusiva, a promoção de ações culturais voltadas à comunidade LGBTQIAPN+ e a curadoria crítica de acervos com representações plurais de gênero e sexualidade.

Ao evidenciar essas aproximações entre teoria e prática, bem como os desafios recorrentes, como a resistência institucional, a carência de políticas públicas específicas e a necessidade de formação continuada, a pesquisa reafirma o papel das bibliotecas públicas como espaços de cidadania e transformação social. Conclui-se que a mediação da informação como prática de cuidado é não apenas possível, mas necessária, e futuras investigações podem aprofundar essa relação em diferentes realidades socioculturais, considerando o uso de tecnologias, estratégias educativas e o fortalecimento do compromisso ético com a dignidade de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (Org.) **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **Diversas Leis Estaduais garantem apoio às mulheres vítimas de violência**. 22 nov. 2024. Disponível em: <https://al.se.leg.br/diversas-leis-estaduais-garantem-apoio-as-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 15 maio 2025

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf> Acesso em: 15 maio 2025.

BARROSO, Renato Régis. **Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA_515b84902cef1da71b95e6f55f106de4. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em: 01 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ministra das Mulheres apresenta programas e projetos para 2024 - Direitos da Mulher**; Trabalho 5/6/24. YouTube, 5 jun. 2024. 3 h 12 min 44 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=07oaq0CiTJw>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CANANÉA, Lílian Viana Teixeira. **Empreendedorismo e equidade de gênero**: um olhar crítico sobre as práticas de mediação de informação no contexto materno. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/31985>. Acesso em: 15 maio 2025.

CARVALHO, Marília Albernaz Pinheiro de. **A mediação da informação como artefato de empoderamento e resistência à violência doméstica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32565>. Acesso em: 15 maio 2025.

CARVALHO, Marília Albernaz Pinheiro de; CORTES, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. A mediação da informação e o protagonismo social das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Conhecimento em Ação**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 91–120, 2021. DOI: 10.47681/rca.v6i2.45018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/45018>. Acesso em: 15 maio 2025.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação da informação e gênero: aproximações conceituais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 24., 2024, Vitória-ES. **Anais [...]** Vitória: ANCIB, 2024. p. 1-16. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2831>. Acesso em: 15 maio 2025.

GARCIA, João Paulo dos Santos; ARAUJO, Nelma Camêlo; SOUZA, Edvanio Duarte. Informação, gênero e sexualidade: uma análise da comunicação científica do grupo de trabalho “Informação & Saúde” – ENANCIB. **CONCI**, São Cristóvão, v. 2, n. 2, p. 83-104, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/135357> Acesso em: 01 set. 2024.

GATTO, Alice; MONARI, Ana Carolina Pontalti; ALENCAR, Luana Luciana Ribeiro de; CASTILLO, Maira Alejandra Moreno; CALIL, Marcio Martins; ESTEVES, Maria Angela Pires; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; BARROS, Michele Machado Meirelles de; OLIVEIRA, Simone Auxiliadora Borges; DIB, Simone Faury. Para além dos limites da saúde: cuidado em perspectiva interdisciplinar. **Reciis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 714-728, jul./set. 2023. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3408> Acesso em: 01 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047/32518> Acesso em: 01 set. 2024.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão; SANTOS, Célia Retz Godoy dos; MELO, Daniele Mendes. Mediação da informação e políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher: pesquisa participativa em Bauru. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/417>. Acesso em: 15 maio. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

NOGUEIRA, Inês; REVEZ, Jorge. Queer fear: o lugar da comunidade LGBTI+ na Biblioteca Municipal de Sintra. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v. 3, n. 3, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/download/199/217/939>. Acesso em: 15 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação de Viena**, 1993. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf Acesso em: 01 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**. 2015a. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/convencaoonu.pdf Acesso em: 01 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2015b. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 01 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde sexual**, s/d. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab2> Acesso em: 01 set. 2024.

PINHEIRO, Roseni. Cuidado em saúde. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Orgs.). **Dicionário de educação profissional em saúde 2008**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 110-114. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf> Acesso em: 01 set. 2024.